



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

**OS NÚCLEOS E PROGRAMAS DE APOIO A COTISTAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE
SANTA MARIA**

Nombre y apellido_ Thalles Ricardo de Melo Silva

Correo electrónico_ thallesmelo13@gmail.com

Institución_ Universidade Federal do Rio Grande do Sul

País_ Brasil



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

RESUMEN

O presente trabalho se inscreve nas discussões sobre ações afirmativas, tendo como universo empírico os núcleos de apoio a cotistas da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Investiga-se de que modo a referida instituição vem se organizando após a implementação das ações afirmativas. Assim, objetiva-se entender as relações estabelecidas entre os alunos – público alvo do conjunto de políticas – e os coordenadores dos núcleos de apoio a cotistas da instituição. Com essa nova estruturação institucional, dada por demandas sociais, nos indagamos: Quais são os limites, possibilidades e desafios institucionais para dar conta das demandas apresentadas pelos dos cotistas? O estudo parte de uma abordagem qualitativa com o objetivo de realizar um estudo de caso da inserção de cotistas na UFSM. Para a coleta de dados se utilizou a técnica de análise de conteúdo e entrevista semi-estruturada. A partir do levantamento de dados, constatamos que o parecer que instituiu as ações afirmativas na referida universidade não trouxe a inclusão social. Nesse sentido, os procesos de exclusão levaram a constituição de núcleos e programas de apoio a cotistas.

ABSTRACT

The present work is part discusses the issue of affirmative actions, having as empirical universe the support centers for quota holders of the Federal University of Santa Maria (UFSM). We investigate how this institution has been organized after the implementation of affirmative actions. Thus, the aim of this paper study is to understand the relations established between the students - target public of the set of policies - and the coordinators of the department of support to quota holders of the institution. With this new institutional structure, given by social demands, we ask ourselves: What



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

are the limits, possibilities and institutional challenges to meet the demands presented by the quotaholders? The study starts from a qualitative approach with the purpose of carrying out a case study of the inclusion of quota holders in UFSM. For the data collection, the technique of content analysis and semi-structured interviews were used. From the data collection, we find that instituted affirmative action at the university did not bring social inclusion. In this sense, the processes of exclusion led to the constitution of support groups and programs for quota holders.

Palabras clave

Cotas; Universidade Federal de Santa Maria; Ensino Superior

Keywords

Quotas; Universidade Federal de Santa Maria; Higher Education



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

I. Introdução

O presente artigo se inscreve nas discussões sobre inclusão no ensino superior. Tem-se como universo empírico os núcleos e programas de apoio a cotistas da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Para tanto, pretende-se fazer um estudo de caso buscando investigar de que modo a referida Instituição de Ensino Superior (IES) vem se organizando após a implementação das ações afirmativas. Assim, por meio dessa abordagem metodológica, objetiva-se entender de que modo foram estruturados os núcleos e programas de apoio a cotistas na UFSM. Esses núcleos e programas são fonte de suporte institucional para dar conta da permanência no ensino superior. Os dados apresentados ainda são incipientes, pois a pesquisa ainda não está concluída. Entretanto, a partir de algumas constatações pode se traçar um breve cenário que permite descrever a estruturação dos núcleos e programas de apoio.

O estudo parte do pressuposto que as ações afirmativas ampliam a garantia do acesso ao ensino. Mas, para partir desse pressuposto, é necessário demonstrar de que modo se estruturaram as IES no Brasil. Nesse sentido, o artigo pretende demonstrar as condições objetivas que estruturaram o campo do ensino superior. Verifica-se que as IES se estruturaram como um espaço voltado para a reprodução simbólica das elites. A partir desse cenário, busca-se compreender de que modo a inclusão e o acesso mais diversificado tornaram-se parte da agenda pública na educação superior brasileira.

Em um segundo momento, busca-se demonstrar que a inclusão no ensino superior não foi estruturada de forma mecânica, mas sim por meio de um processo histórico e social. Tem-se a constituição de 1988 como um marco que promulga a diversidade e a inclusão. No que tange a educação, é no capítulo III, do título VIII, da Carta Magna que se tem a universalização do ensino como um princípio norteador (BRASIL, 1998). Por meio desse marco constitucional houve um aumento de possibilidade para a participação social, criando mecanismos que possibilitaram a reivindicação de um acesso mais democrático ao ensino superior. Soma-se a isso as iniciativas tomadas pela esfera do poder, como, por exemplo, os esforços afirmados contra o racismo no congresso de Durban, realizado em setembro de 2001.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

A partir do resgate histórico e social, pode se afirmar que as ações afirmativas foram implementadas com o objetivo de garantir uma maior inclusão no acesso ao ensino superior. Essa inclusão deu-se, sobretudo, por meio do acesso de pessoas com baixa renda, alunos provindos de escola pública, negros, indígenas e deficientes. Entretanto, as políticas voltadas para um acesso mais inclusivo são insuficientes. Por meio de pesquisas empíricas constatou-se que os cotistas sofrem processos de exclusão após o acesso, necessitando de um olhar institucional mais atento e inclusivo. Com isso, a UFSM precisou estruturar medidas específicas para dar conta de tal entrave.



XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

II. Marco teórico/marco conceptual

O presente artigo parte dos pressupostos da teoria de Pierre Bourdieu. A partir dos pressupostos teóricos do autor, pretende-se atentar para os processos de in/exclusão na inserção no ensino superior. Por meio de uma abordagem relacional entre o indivíduo e sua posição social, Bourdieu faz uma análise dos processos de distinção social. O indivíduo e suas práticas estão homologados com a posição social que ele ocupa. Com isso, incorpora-se um *habitus*¹ que é um princípio unificador e gerador de práticas objetivamente classificáveis e, ao mesmo tempo um sistema de classificação de tais práticas (BOURDIEU, 2007). A partir dessa incorporação existem sistemas de classificações sociais que trazem esse senso de distinção nas próprias práticas dos agentes. Por meio da própria posição dos indivíduos, há essa transmissão mais ou menos automática das práticas sociais. Evidencia-se, desse modo, que a classificação dentro das instituições de ensino superior provém das próprias posições dos indivíduos na estrutura social.

Como demonstram os estudos referentes ao ingresso dos cotistas no ensino superior (DOEBER, 2011), há uma clara evidência desse senso de distinção, visto que, como em alguns depoimentos, os cotistas não viam a universidade como um lugar reservado a eles. E, após o acesso ao ensino superior, os esquemas classificatórios de distinção social ainda seguiam dentro da própria instituição. Nesse sentido, o *habitus* funciona como uma estrutura estruturada e estruturante de práticas de indivíduos providos de determinadas posições sociais. A classificação tanto prévia ao acesso ou como no acesso é mediada pela estrutura incorporada

Os princípios de diferenciação, dados pela posição social e pelo *habitus* incorporado, tendem, desse modo, a estar objetivamente dados e tidos como naturais. Em outras palavras, a distinção naturaliza-se também pela própria prática dos agentes. O *habitus*, como princípio homogeneizante de determinada posição social, torna-se um princípio de diferenciação simbólica.

¹ Segundo Thiry-Cherques (2006), o *habitus* é composto pelo ethos, pela héxis e pelo eidos. O primeiro são os valores em estado prático, não-consciente, que regem a moral cotidiana (diferente da ética, a forma teórica, argumentada, explicitada e codificada da moral, o ethos é um conjunto sistemático de disposições morais, de princípios práticos); o héxis refere-se aos princípios interiorizados pelo corpo, sendo elas: as posturas e as expressões corporais, em outras palavras, as aptidões corporais que são adquiridas; já o eidos é um modo de pensar específico, um modo de apreensão intelectual da realidade. Ele constitui-se com um princípio de uma construção da realidade fundada em uma crença pré-reflexiva no valor indiscutível nos instrumentos de construção e nos objetos construídos.



XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Ele internaliza determinado *modus operandi* e, conseqüentemente, o externaliza nas ações práticas. Portanto, mesmo tendo uma inserção inclusiva, o cotista tende a reproduzir um *habitus* previamente cosntruído. Com isso, estrutura-se um processo exclusivo de distinção social

Essa distribuição exclusiva do espaço social é determinada pelo nível de capital global de cada indivíduo. A soma dos capitais se dá por meio do capital cultural, social e econômico (BOURDIEU, 2008). Esses capitais tendem a tornarem-se simbólicos a partir de um arbitrário cultural², fazendo com que se criem relações de status a partir do reconhecimento desses capitais simbólicos legitimados por meio do prestígio, reputação, renome, etc (BOURDIEU, 2011). Portanto, para Bourdieu, o campo social não é reduzido ao economicismo, pois há um rol de capitais que influenciam nas distintas posições sociais dos indivíduos.

As hierarquias, tensões e divisões dadas pela estrutura social são providas dentro de uma multiplicidade de campos autônomos. Tem-se o caráter de autonomia pelo fato de um campo não se reduzir ao outro. Entretanto, isso não impede a influência mútua entre ambos.

Delimitamos o ensino superior dentro dessa multiplicidade de campos. Define-se o campo do ensino superior a partir da definição de campo de Bourdieu. Para o autor, o campo é um espaço social, relativamente autônomo, onde há posições sociais hierarquicamente objetivadas. Essas posições são constituídas por relações de luta pela conservação ou transformação dessa objetificação (BOURDIEU, 2011). No campo do ensino superior existem os próprios capitais reconhecidos que são objetivados. O campo, nesse sentido, pode ser considerado uma estrutura estruturada que é estruturante em relação às posições sociais contidas nele.

O indivíduo, ao inserir-se em tal campo, tem suas disposições atualizadas e incorpora os códigos objetivados que o campo possui. Entretanto, para ter acesso ao campo, deve-se atentar para a posição objetiva de cada sujeito, ou seja, ao seu próprio *habitus* herdado. Os capitais transmitidos aos indivíduos dentro de determinada posição social influenciam, diretamente, na posição que o sujeito irá ocupar no campo.

² Entende-se como arbitrário cultural a inculcação simbólica da classe dominante para a classe dominada. Nesse sentido, funda-se o fenômeno da violência simbólica, onde a classe dominada reconhece como legítimo os códigos da classe dominante.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Com isso, o acesso ao próprio campo está condicionado à posição social do sujeito e, conseqüentemente, ao próprio *habitus* do indivíduo. Quanto maior for a soma dos capitais globais do sujeito, maior será sua chance de êxito. Até dentro do próprio campo, como o campo do ensino superior, constituem-se hierarquias a partir da soma de capitais dos indivíduos.

Para entender o processo de modo empírico, é necessário contextualizar a constituição histórica do campo do Ensino Superior no Brasil. Com a construção social e histórica, pode se visualizar que o ensino superior se estruturou como um ambiente de reprodução das elites.

II. b) O Campo do Ensino Superior no Brasil

Segundo Neves (2012), a expansão das instituições de ensino superior é um fenômeno político e social recorrente desde os anos 60. Devido as constantes crises econômicas, essa expansão foi interrompida nos anos 80. Uma segunda onda de expansão iniciou-se nos anos 90, sobretudo, nas IES particulares. Mas é somente a partir dos 2000 que a agenda se volta para a inclusão no acesso ao ensino superior.

Para traçar uma linha lógica no que tange a expansão universitária no Brasil, pretende-se dividir a contextualização histórica da universidade no Brasil em três fases distintas: a primeira diz respeito ao processo de agrupamento de faculdades isoladas, federalização e expansão do ensino superior; a segunda volta-se para a expansão das IES privadas nos anos 90; já a terceira, por sua vez, busca delimitar uma expansão inclusiva tanto no que tange as IES na esfera pública como na privada.

A primeira fase tem início no agrupamento de faculdades isoladas, constituindo, assim, as primeiras universidades públicas no Brasil. Trindade (2003) afirma que houve uma expansão e consolidação das universidades públicas no período que vai de 1930 até 1970. Esse panorama consolidou-se devido à federalização das universidades brasileiras a partir do final da década de 40. Saviani (2010) demonstra que nesse período a configuração do Ensino Superior brasileiro dava-se por faculdades isoladas. A partir da federalização, houve um processo de agrupamento entre faculdades isoladas, constituindo-se, assim, universidades. Esse movimento que abarcou cerca de



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

três décadas - compreendendo o final dos anos 40 e indo até meados dos anos 70 - deu-se, principalmente, em capitais dos estados federados.

Já em 1968 houve uma significativa mudança nas estruturas das IES. Nesse ano, foi realizada uma reforma universitária que consistiu na modernização administrativa das universidades (NEVES, MARTINS, 2016). Dentre os principais eixos da reforma, cabe destacar a introdução do regime departamental, a institucionalização da pós-graduação strictu senso, o fomento das pesquisas, a institucionalização da carreira acadêmica e a progressão das carreiras docentes por meio dos programas de pós-graduação. Como consequências dessa modernização, criaram-se condições de associar pesquisa e ensino, foram abolidas as cátedras vitalícias e introduziu-se o sistema de créditos universitários. Também antes da reforma de 1968, tinha-se, no sistema de ingresso, o problema dos excedentes. Com a reforma universitária o exame de vestibular deixou de ser eliminatório, assumindo uma nova função classificatória (MARTINS, 2009).

Essa mudança estrutural se deu em consonância com a demanda pelo acesso ao ensino superior. A arcaica estrutura passou a ser alvo de contestações, sobretudo no que tange o aumento da oferta de vagas. Apesar dos efeitos inovadores que a reforma trouxe, Martins (2009) afirma que a reforma abriu condições para a expansão do ensino privado. Isso se deu pelo fato de que, nos governos militares, as políticas oficiais contiveram a expansão do ensino superior de graduação público e gratuito e permitiram a multiplicação de estabelecimentos privados (NEVES, MARTINS, 2016).

Apesar de ter havido um equilíbrio na distribuição de matrículas entre o ensino superior público e privado (MARTINS, NEVES 2016), a diferença entre os dois tipos de IES dava-se de modo qualitativo. Com exceção de poucas IES privadas, majoritariamente, o ensino público apresentava-se com um maior nível de qualidade.

A expansão do ensino superior acentuou-se nos anos 70. Entretanto, devido às vicissitudes da conjuntura econômica, houve uma mudança nesse cenário. Na década de 80 houve uma refração da expansão no ensino superior. Conhecida como a “década perdida”, os anos 80 foram marcados pela instabilidade econômica e a inflação, refletindo diretamente na procura pelo ensino superior (MARTINS, NEVES, 2016).



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

A retomada só deu-se a partir dos anos 90, constituindo, assim, uma segunda onda de expansão das IES. A expansão se deu de maneira mais acentuada em IES particulares. Para Saviani (2010), um dos principais fatores da expansão do ensino privado foram as políticas voltadas à privatização, instituídas na metade dos anos 90. Com isso, para suprir a demanda por vagas houve um aumento significativo de IES privadas, principalmente em IES não universitárias³.

Constata-se, portanto, que ocorreu uma expansão no ensino superior privado nos anos 90. Entretanto, essa expansão não refletiu, diretamente, em uma democratização no acesso ao ensino superior. Por se configurar como um ambiente voltado para a formação de elites, determinados segmentos sociais ficaram à margem do acesso ao ensino superior. É somente a partir dos anos 2000 que há um direcionamento de políticas públicas para a democratização do acesso ao ensino superior, abarcando, assim, medidas concernentes tanto ao acesso às instituições de ensino superior privado⁴ como no público. Cabe salientar que não houve uma reforma universitária propriamente dita, mas sim políticas pontuais para dar conta da inclusão e de um acesso mais democrático no âmbito do ensino superior.

É somente a partir da constituição de políticas públicas voltadas à inclusão no acesso ao ensino superior, que ingressa, nas IES, um público que estava a margem desse nível de ensino. Em termos qualitativos, essa expansão resultou no ingresso de um conjunto de estudantes muito heterogêneo em termos de idade, gênero, nível econômico, cor, etnia, motivações e trajetórias (MORCHE, NEVES, 2015).

A expansão universitária que abarcou um processo mais democrático e inclusivo também pode ser descrita em dados quantitativos. Há um aumento significativo de matriculados durante o período de implementação das políticas públicas para a democratização no acesso ao ensino superior. No ano de 2000, segundo o censo da educação do Instituto Anísio Teixeira (INEP), estavam matriculados na educação superior 2.694.245 estudantes. Já no ano de 2013 temos um total

³As IES não universitárias dependem do MEC para criar cursos ou vagas, pois não gozam de autonomia. Elas voltam-se, sobretudo, para atividades relacionadas ao ensino.

⁴ Apesar de haver uma relevância de análise, não é objetivo do projeto abarcar as políticas voltadas ao acesso de vagas nas instituições privadas.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

de 7.305.977 alunos matriculados. A rede pública tinha 1.932.527 alunos matriculados e a rede privada 5.373.450.

No que tange a estrutura normativa do ensino superior no Brasil, a formalização e regulamentação constitui-se por meio da constituição de 1988 e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996. Apesar da regulamentação ser federalizada, configura-se no Brasil um complexo cenário entre a educação pública e privada. Atualmente a divisão entre as IES estrutura-se do seguinte modo: IES públicas (federais, estaduais e municipais) que oferecem ensino gratuito e um segmento de IES privadas (confessionais, comunitárias, filantrópicas e particulares) (NEVES, 2014). As IES privadas sustentam-se, sobretudo, por meio da cobrança de mensalidade.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

III. Metodología

O presente se trata de um estudo de caso sobre a estruturação dos núcleos e programas de apoio da Universidade Federal de Santa Maria. Nesse sentido, procura-se ter uma abordagem mais ampla possível da comunidade e ter uma compreensão abrangente possível de uma situação social. Acredita-se que só por meio de um estudo de caso - que dá um viés mais focalizado às relações concernentes ao universo de pesquisa - que se pode dar conta das complexas relações sociais que são tangenciadas dentro de uma instituição social.

A escolha por esse tipo de abordagem se dá pelo intuito de buscar compreender o fenômeno social a partir do próprio contexto social presente (YIN, 2010). Portanto, para entender o complexo cenário que se configura dentro da instituição, é de caráter incontornável abordar tal fenômeno a partir do próprio contexto social que permite com que haja maior possibilidade de acesso ao Ensino Superior.

O estudo é dividido em duas etapas distintas e complementares, sendo elas, respectivamente, voltadas para o mapeamento dos núcleos de apoio a cotistas e entrevistas com os coordenadores dos programas.

Na primeira etapa foi feito um mapeamento dos núcleos e programas de apoio a cotistas da Universidade Federal de Santa Maria e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. O objetivo dessa etapa de análise foi verificar de que modo os núcleos e programas de apoio surgiram, de que modo eles se estruturam, como que alocam e aplicam os recursos financeiros e em qual departamento/pró-reitoria estão vinculados. Com isso, a partir desse mapeamento, será identificado quem são os agentes coordenadores dos núcleos e, também, os cotistas que estão inseridos nos núcleos.

A partir desse mapeamento dos núcleos e programas de apoio a cotistas, será realizada uma análise de conteúdo dos documentos, relatórios, atas e entre outros dados - produzidos pela instituição ou pelos próprios núcleos de apoio a cotistas - para se compreender e mapear o contexto institucional.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Como a referida pesquisa se encontra em fase de realização, até o presente momento não foram realizadas todas as tarefas concernentes à primeira etapa. Os incipientes dados coletados levam a uma breve contextualização da estrutura institucional. Após a conclusão dessa etapa, pretender-se-á realizar entrevistas semiestruturadas com os coordenadores dos núcleos e programas de apoio. Essa última etapa, por sua vez, tem como objetivo analisar os desafios trazidos aos agentes perante as demandas institucionais.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

IV. Análisis y discusión de datos

A seção do marco teórico teve como objetivo fazer uma breve descrição histórica e social do ensino superior no Brasil. Por meio dela, verificou-se que, paulatinamente, houve uma expansão das IES, refletindo, diretamente, no aumento da oferta de vagas no ensino superior. Entretanto, não é somente objeto da agenda pública a expansão do ensino superior, mas também o próprio processo de inclusão no acesso. E é sobre esse último ponto que se pretende desenvolver essa subseção. É objetivo dessa parte verificar de que modo a inclusão tornou-se parte da agenda pública.

A reabertura democrática constituiu um marco no que tange à universalização de direitos. É por meio da Carta Magna de 1988 que se instituiu a ideia de uma educação inclusiva. Na educação básica, por exemplo, a constituição no capítulo III, do título VIII, afirma que é direito do cidadão a garantia do acesso à educação (BRASIL, 1998). Nesse sentido, a educação é vista como um bem público e a universalização é uma meta a ser atingida.

O debate sobre as ações afirmativas firmou-se nesse cenário. O discurso que buscava assegurar uma maior inclusão no acesso ao ensino superior estava calcado em uma ampla discussão para a inclusão de grupos discriminados. Paulatinamente, as ações afirmativas ganharam espaço na agenda pública brasileira. Nesse sentido, pode se destacar três movimentos que auxiliaram no fomento desse debate na esfera pública: as iniciativas do campo do poder, demandas de movimentos sociais e a influência de eventos internacionais.

No que diz respeito à influência do campo do poder, uma importante medida foi o governo Fernando Henrique Cardoso (1994-2002) ter admitido que o Brasil era um país racista (NEVES, 2014). A participação do país em eventos internacionais também foi de suma importância para o fomento da discussão sobre ações afirmativas. Por meio da III Conferência Mundial de combate ao racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata, que ocorreu no ano de 2001 em Durban, o Brasil posicionou-se a favor de políticas públicas que buscam cessar a discriminação de determinados grupos sociais (OLIVEN, 2007).

Soma-se a isso a força dos movimentos sociais para o fomento de discussões na esfera pública. Segundo Santos (2007), o movimento negro teve um papel fundamental pela luta da



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

democratização do ensino superior, fazendo com que parte de suas demandas fossem institucionalizadas por meio das políticas públicas. Dentre essas políticas públicas, para fins desse estudo, destacam-se as ações afirmativas. Apesar da discussão sobre cotas ter abarcado, inicialmente, a questão étnico-racial, paulatinamente ela começa a abranger questões socioeconômicas.

Segundo Oliven (2007) o termo ações afirmativas refere-se a um conjunto de políticas para proteger minorias que tenham sido e continuam sendo discriminadas em uma determinada sociedade. Tendo um caráter transitório, as ações afirmativas tem o objetivo de aumentar as oportunidades de grupos discriminados. A primeira universidade pública a adotar cotas no sistema de ingresso foi a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), em 2001. Já nas universidades federais, a Universidade de Brasília (UnB), no ano de 2002, foi a primeira universidade federal a implementar o sistema de cotas no acesso ao ensino superior.

Indo ao encontro da discussão sobre as ações afirmativas nas IES, há duas fases no que tange a formação e implementação das ações afirmativas como forma de ingresso no ensino superior. A primeira diz respeito a iniciativas formuladas pelos próprios conselhos superiores das IES e por leis estaduais e municipais. Já a segunda refere-se a lei que constituiu, como obrigatório, a adoção de cotas nas universidades e institutos federais.

Antes da institucionalização da lei das cotas, configurava-se um cenário diversificado, nas IES, no tocante à adoção das ações afirmativas. O trabalho de Neves e Morche (2010) traz um panorama do modo como as IES introduziam as ações afirmativas. Visto que essas iniciativas davam-se de forma isolada por meio de decisões do conselho universitário ou por leis municipais e estaduais, as medidas eram adotadas da seguinte forma: por meio de cotas sociais e raciais, cotas raciais, cotas sociais e/ou por acréscimo de bônus na nota do vestibular.

Na UFSM, as ações afirmativas foram instituídas no ano de 2007⁵ pela portaria n. 51.345. O intuito da proposta, segundo o relatório da gestão 2010-2013, era democratizar o acesso à

⁵ As ações afirmativas, nessa instituição, abarcavam quatro categorias, nas quais a própria universidade determinava, mudando durante os anos, a quantidade de vagas destinadas aos cotistas. A categoria A se referia a reserva aos autodeclarados negros, a B alunos com deficiência, C para alunos oriundos de escola pública e a D voltada aos indígenas.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

universidade a fim de recompensar populações de desvantagem étnico-racial, assim como reservar 5% das vagas para pessoas com necessidades especiais⁶.

Já uma segunda fase pode ser traçada quando as ações afirmativas passaram a ser lei em universidades e institutos federais. A obrigatoriedade das ações afirmativas deu-se somente no ano de 2012. Nesse ano, o Supremo Tribunal Federal (STF) aprovou a constitucionalidade das ações afirmativas. Por meio da lei nº 12.711, institui-se como obrigatório 50% da reserva de vagas em universidades e institutos federais para pessoas com a renda de até 1,5 salário mínimo e que concluíram toda a educação básica em escola pública. Já a reserva étnico/racial, baseada na porcentagem populacional na região da instituição de ensino superior, dá-se tanto por renda abaixo ou acima de 1,5 salário mínimo. Já para deficientes, há uma reserva de 5% das vagas.

Desse modo, entende-se que a partir dessa expansão há uma mudança no cenário institucional das universidades. Nesse sentido, a expansão da universidade consonância com uma série de políticas públicas, como no caso das ações afirmativas em questão, que dão suporte legislativo ao acesso de determinados segmentos sociais ao ensino superior. Entretanto, podemos nos indagar se somente o aparato legislativo é suficiente para dar conta das singularidades específicas das vivências dos cotistas dentro da UFSM. Nesse sentido, o estudo de Kern (2011) nos indica algumas pistas em relação ao acesso dos cotistas nas IES. Para o autor, a despeito de todas as oportunidades de acesso ao ensino superior, o processo de inclusão dos cotistas na universidade traz uma série de exclusões que eles estão sujeitos.

Em termos mais empíricos, pesquisas feitas sobre cotistas nas instituições de ensino superior (MARTINS, 2014; ANHAIA, 2013; BARROS, 2009; CARRIERI, ESPÍNDOLA, 2012) apontam que, apesar de haver um empoderamento dos ingressantes por ações afirmativas e uma possibilidade de ascensão social, permeia, nas relações sociais, o preconceito com os cotistas e há falta de acessibilidade no que tange tanto a infraestrutura física como pessoal para dar suporte aos cotistas ingressantes. Tal entrave se dá pela falta de preparo institucional que não responde de maneira suficiente a tais particularidades. A partir desses dados, pode-se perguntar: qual seria a resposta da

⁶ Relatório de gestão disponível no endereço: <http://site.ufsm.br/arquivos/uploaded/arquivos/c11de882-8287-4e5b-8a9f-026ec5e39070.pdf>



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

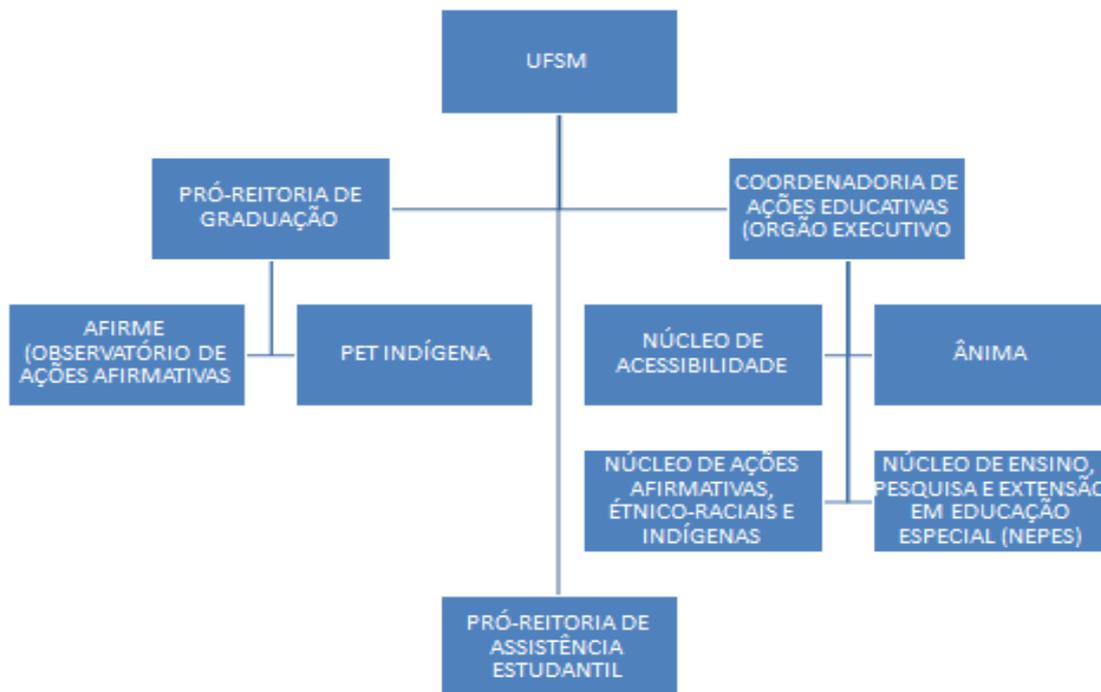
3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

instituição perante as dificuldades enfrentadas pelos cotistas após o acesso pelas ações afirmativas? Ressalta-se que, a despeito desses entraves, existe um esforço institucional para tentar dar conta das demandas sociais e das particularidades exigidas dos novos ingressantes cotistas.

Na UFSM, há uma diversificada configuração no que tange à organização de medidas para dar apoio institucional. Desde a implementação das ações afirmativas, na instituição, no ano de 2007, diversos foram os esforços para o acolhimento desses cotistas. Como a literatura observa, tais programas e núcleos são incontornáveis para a permanência dos cotistas no ensino superior. Abaixo listamos a estrutura dos núcleos e programas de apoio da Universidade Federal de Santa Maria:



Como pode se notar, a despeito da inserção do cotista no ensino superior trazer alguns pontos excludentes, a instituição, por sua vez, traça medidas específicas para reverter esse cenário. Pois não basta ter apenas um acesso inclusivo, mas também é necessária uma inserção inclusiva. Desse modo, os programas e políticas de apoio se estruturam no sentido de contrapor uma lógica de exclusão no ambiente universitário.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Também é válido salientar que o apoio institucional se dá de modo diversificado. É impossível trabalhar com a categoria cotista de modo universal. Há uma pluralidade de demandas específicas desses agentes. Quando comparado com os cotistas negros, os indígenas necessitam de medidas distintas, por exemplo. O raciocínio também vale para outras categorias de cotistas, como os deficientes físicos e alunos com baixa renda.

Nesse sentido, a estrutura plural de núcleos e programas de apoio da UFSM traz ganhos importantes. Há um núcleo específico para a acessibilidade, aprendizagem (ânima), para os indígenas, étnico-racial, um núcleo voltado para a extensão e também existe um programa voltado para a assistência estudantil.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

V. Conclusiones

São muitos os desafios antepostos à democratização no ensino superior. As políticas sociais mais recentes, no Brasil, deixam manifesto que a garantia ao acesso não cessa as exclusões sociais. Nesse sentido, é necessário um olhar atento para os processos de exclusão transcorridos na inserção do estudante no ensino superior. Esses processos exclusivos são um entrave tanto para os agentes que ingressam no ensino superior como também para a racionalização de recursos públicos. Visto o investimento da União, a evasão dos cotistas gera um problema no que tange à ociosidade de vagas.

A despeito do acolhimento e da permanência se tornarem recentemente agenda pública, já pode se verificar que existem diversos esforços no que concerne a constituição de programas e políticas de apoio a cotistas. Essas medidas partem tanto do nível federalizado – sobretudo no repasse de recursos – como também da própria instituição.

Os dados coletados são incipientes, mas demonstram alguns indicadores interessantes. Verifica-se que a Universidade Federal de Santa Maria empreende esforços para o apoio aos cotistas. Como ilustrado anteriormente, a estrutura dos núcleos e programas de apoio são diversificados na instituição. Para cada categoria de cotistas, há um espaço institucional reservado para o apoio e acolhimento. Entretanto, o simples mapeamento da estrutura não permite que haja muitas inferências sobre o funcionamento de tais núcleos. Nesse sentido, o seguimento da pesquisa pretende captar, a partir dos próprios agentes envolvidos, a própria mecânica dos programas e núcleos de apoio, verificando os desafios institucionais antepostos aos agentes.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

VI. Bibliografía

ANHAIA, B. C. **Educação Superior e Inclusão Social- Um Estudo Comparado de Duas Ações Afirmativas no Brasil: Dos Debates à Prática.** Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013.

BARROS, Clarissa Fernandes do Rêgo. **As Ações Afirmativas na UERJ: Trajetórias Sociais e Perspectivas dos Estudantes Cotistas no Desafio do Acesso à Universidade.** Dissertação de mestrado, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento.** Porto Alegre: Zouk, 2007.

_____. **Homo Academicus.** Florianópolis: Editora UFSC, 2011.

_____. **Meditações Pascalianas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

_____. **Razões práticas.** São Paulo: Papyrus, 2008.

BRASIL Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1998

CARRIERI, Sandra; ESPÍNDOLA, Corina Martins. Sistema de Cotas Para Pessoas Com Deficiência: Ação Afirmativa Para Promoção do Acesso à Universidade. In: **XII Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária nas Américas**, 2012.

DOEBER, Michele Barcelos. **Reconhecer-se diferente é a condição de entrada- tornar-se igual é a estratégia de permanência: das práticas institucionais à constituição de estudantes negros na UFRGS.** Dissertação de mestrado: UFRGS, 2011.

KERN, Maria Cristina Lunardi. **Universidade pública e inclusão social: as cotas para autodeclarados negros na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.** Dissertação de mestrado: Universidade FEEVALE, 2011.

MARTINS, Alcir Luciany Lopes. **A Expansão Universitária e As Ações Afirmativas: A Experiência das Cotas Afro na Universidade Federal de Santa Maria.** Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Santa Maria, 2014.

MARTINS, Carlos Benedito. A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. In: **Educação e Sociedade**, Campinas, vol.30, n.106, p. 15-35, jan/abr 2009.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

MARTINS, Carlos Benedito; NEVES Clarissa Eckert Baeta. Ensino Superior no Brasil: uma visão abrangente. In: **Jovens universitários em um mundo em transformação uma pesquisa sino-brasileira**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – ipea, 2016.

MORCHE, Bruno. **A expansão do sistema de educação superior no Brasil, na China e na Índia: uma análise comparada**. Dissertação de mestrado: UFRGS, 2013.

MORCHE, Bruno; NEVES, Clarissa Eckert Baeta. As transformações recentes no ensino superior brasileiro: acesso, diversificação e inclusão. In: **LASA2015 – XV International Congress Latin American Studies Association**. San Juan, Puerto Rico Caribe Hilton: May 27 – 30, 2015.

NEVES, Clarissa Eckert Baeta. Diversity in higher education in Brazil: Practices and challenges. In: **Diversity and inclusion in higher education: Emerging perspectives on institutional transformation**, p. 102-127, 2014.

_____. Universidade Brasileira: Equidade, Qualidade e Cidadania. In: **VII Congresso Luso-Brasileiro de Ciências Sociais**. Coimbra, 2004.

_____. Ensino Superior no Brasil: expansão, diversificação e inclusão. In: **LASA2012/XXX International Congress of the Latin American Studies Association**. 2012.

OLIVEN, Arabela Campos. Ações afirmativas na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e o seu significado simbólico. In: **Educação (UFSM)**, v. 34, n. 1, p. 65-76, 2009.

_____. Ações afirmativas, relações raciais e política de cotas nas universidades: uma comparação entre os Estados Unidos e o Brasil. In: **Educação**. Porto Alegre: v. 30, n. 1, 2007.

SANTOS, Sales Augusto. **Movimentos Negros, Educação e ações afirmativas**. Tese de Doutorado: UNB, 2007.

SAVIANI, Dermeval. **A expansão do ensino superior no Brasil: mudanças e continuidades**. Poésis Pedagógica, v. 8, n. 2, p. 4-17, 2010.

THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. Pierre Bourdieu: uma teoria da prática. In: **Rev. Adm. Pública vol.40 n°.1**. Rio de Janeiro: Jan./Feb 2006.

TRINDADE, Héliogio. O discurso da crise e a reforma universitária necessária da universidade brasileira. In: **Las universidades en América Latina: reformadas o alteradas**. Buenos Aires: Clacso, 2003.

YIN, R.. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2010.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio